HISTÓRIA ANTIGA

Embora seja uma disciplina consolidada em muitas universidades no mundo, não há uma definição explícita do que seja a História Antiga. Na prática, tanto no ensino como na pesquisa, a História Antiga costuma estudar os primórdios do Ocidente, após uma pré-história vaga e geral. Não é a História Antiga do mundo, portanto, mas a História de um recorte bem específico do passado: o das origens do Ocidente. Grécia e Roma ganham destaque especial.

Além do conteúdo, outros temas relacionados à História Antiga são alvo de questionamento por parte dos historiadores, como a maneira de ensinar essa disciplina. É preciso reescrever essa história de um modo que faça sentido ao presente e que seja explícito. Embora não se possa mais considerar a História Antiga o início de uma História Universal, as realizações humanas que se acumularam nesse pedaço do globo – o espaço do Mediterrâneo entre os século x a.C. e v d.C. – são fundamentais para entendermos como o mundo contemporâneo se tornou possível. É com esse novo olhar que o autor, historiador especialista na área e professor da Universidade de São Paulo, analisa essa parte fundamental da História mundial.

editora contexto
Promovendo a Circulação do Saber

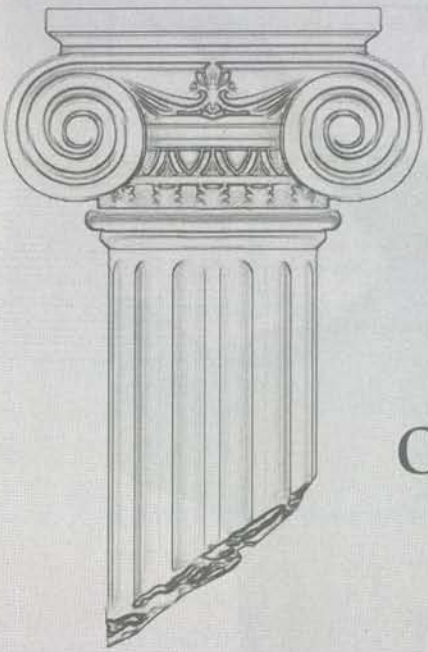
ISBN 978-85-7244-794-2
9 788572 447942

NORBERTO LUIZ GUARINELLO
HISTÓRIA ANTIGA
contexto

HISTÓRIA ANTIGA

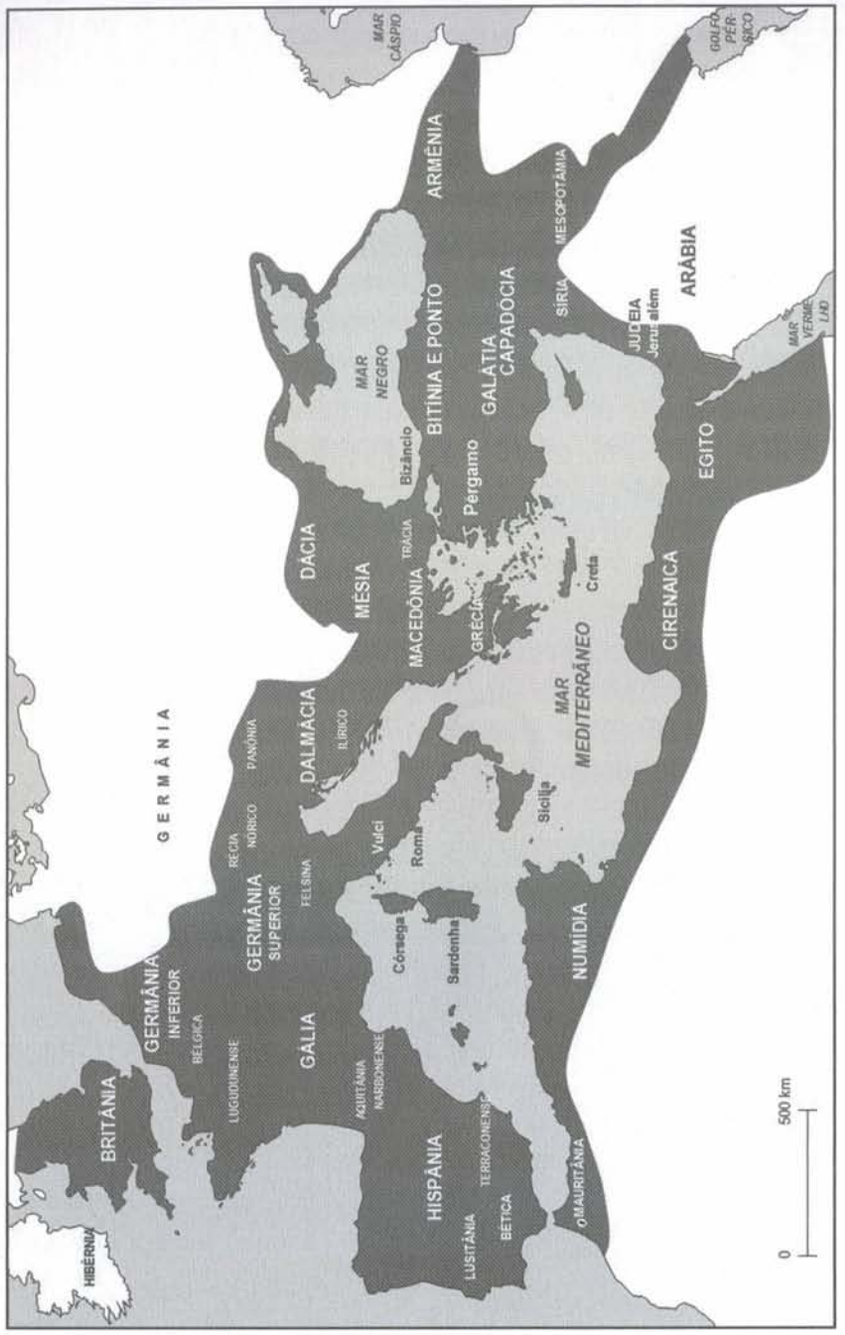
NORBERTO LUIZ GUARINELLO

editoracontexto



O Império

O Império Romano, que durou séculos, apenas foi possível sob a base dos séculos de integração e consolidação de estruturas que o antecederam. A instituição de um poder soberano único rearticulou, sem alterações dramáticas, as fronteiras internas e externas que já vinham se desenvolvendo no Mediterrâneo. Sobre elas impôs, primeiramente, a fronteira de um só poder, que não admitia contestações. É nesse sentido que podemos considerá-lo singular. Não era uma hegemonia, pois não havia poderes alternativos. Nem se assemelhava a um reino helenístico, pois representava o poder de uma pólis, com toda a carga institucional que isso trazia. Por sobre as redes constituídas nos séculos anteriores – econômicas, culturais,



Mapa 7 – O Império Romano sob Augusto

religiosas – impôs a integração pelo poder. Mas um poder que, como prova sua duração, criou novas fronteiras, pontes entre populações, novas formas de inclusão e exclusão.

UMA NOVA ORDEM

Um aspecto importante no que se refere à construção de uma unidade do Império está vinculado à posição do imperador. Nunca se tratou de um cargo legalmente regulado, mas que delimitava uma unidade político-institucional, para além do aspecto de unidade identitária. Essa posição se manteve pouco clara do ponto de vista institucional e dependia da construção de um consenso político em torno de um indivíduo que detinha a posição mais alta nas hierarquias compósitas do Império. Para manter esse consenso, cada imperador se esforçou para gerar uma distribuição de benefícios e construir uma imagem de que nada acontecia no Império sem sua anuência. Mais do que apenas uma referência simbólica, o imperador era o polo para onde convergiam os diversos grupos que se constituíam no interior do Império, seja qual fosse o viés de suas identidades.

Os primeiros cem anos do Império foram de adaptações institucionais. Roma, a capital, continuou a ser o centro do poder, mas agora de um poder imperial. Muitas das instituições da velha pólis foram mantidas, embora reformuladas. Augusto redefiniu as posições das elites romanas, criando dois estamentos, os senadores e os equestres. Ascender a eles dependia de patamares de riqueza, mas dava acesso à participação em cargos públicos. O monarca, cujo poder era veladamente hereditário, permaneceu como o mais importante dos senadores (seu "príncipe"), mas o Senado, largamente reformulado, perdeu muitas de suas funções. Ainda era escolhido entre a aristocracia italiana, mas atuava principalmente como celeiro para a escolha dos comandantes imperiais no Império. No início, ainda abrigava a elite das elites da Itália.

A plebe de Roma, que chegava a quase um milhão de habitantes, perdeu seu poder Legislativo e foi acolhida na clientela de Augusto, que garantiu o abastecimento de trigo, gratuito ou mais barato. Os imperadores reforçaram uma já antiga política de distribuição de dinheiro e de promo-

ção de festividades – que culminariam nos grandes centros de diversão da plebe – o circo – onde se realizavam corridas de cavalos, o teatro e, mais tarde, nos anos 70 d.C., o grande anfiteatro do Coliseu.

Houve um reordenamento progressivo das províncias, com o estabelecimento de impostos mais precisos – tanto sobre as cidades como sobre o comércio nos portos – e inibiram-se, aos poucos, os abusos cometidos pelos agiotas, pelos publicanos e pelos governadores provinciais. Nos seus dois primeiros séculos, o Império funcionava, ainda, como uma aliança de cidades: algumas eram livres, outras aliadas, outras colônias, outras ainda eram municípios, que recebiam sua ordenação a partir de Roma. Só aos poucos, nos séculos seguintes, seus estatutos foram uniformizados.

Uma das maiores alterações, no entanto, foi na organização do exército. Os contingentes das guerras civis foram desmobilizados e receberam terras para cultivar – muitas vezes em províncias. O exército se profissionalizou e se estabilizou em cerca de 300 mil homens, tanto cidadãos como provinciais *auxiliares*, a maioria colocada nas fronteiras do Império. Ser soldado tornou-se uma profissão paga, com direitos de aposentadoria. Era uma das grandes fontes de novos cidadãos romanos e, sobretudo, o maior empregador de trabalho assalariado por toda a extensão do Império. E era também um dos caminhos principais de ascensão social, tanto para cidadãos romanos como para provinciais. Era uma das bases mais concretas do poder imperial e sua fidelidade às sucessivas dinastias foi uma das fontes da estabilidade do Império. Em Roma, o próprio imperador era protegido por um corpo de elite – a guarda pretoriana. Nas províncias, um soldado, estacionado ou em trânsito, era uma fonte própria de poder, exercia um poder de polícia, por vezes corrupto, em todo caso a ser temido. Um dos imperadores mais famosos e difamados, Nero, caiu em 68 d.C. exatamente por perder o apoio do exército, embora fosse muito popular em Roma e nas províncias.

A principal base política de sustentação do Império sempre foram as cidades. Onde eram mais raras, como nas Gálias, os imperadores atuaram decisivamente na sua promoção, incentivando as elites locais a adotarem modos urbanos. Era através das cidades que o poder se exercia, que a paz se mantinha e que os impostos eram cobrados, através de uma aliança entre

suas elites e o imperador. Muitos historiadores consideram, hoje, o Império uma aliança conservadora das elites urbanas com o poder imperial. O Império suprimiu, como os antigos reinos helenísticos não haviam conseguido, qualquer possibilidade de revolta local, que era rapidamente anulada.

ERAM TODOS ROMANOS?

Mas o Império não foi apenas um sistema político, imposto de cima para baixo. Sua fundação exigiu a criação de uma identidade romana, que pudesse ser assumida por seus habitantes. Um dos elementos foi a propagação, nas províncias, do culto à família imperial e ao imperador. Na Gália e na Anatólia, por exemplo, as elites se reuniam em um santuário comum, o *koinon*, uma vez por ano, para celebrar o culto imperial. No sistema social romano, regido por honras públicas, os libertos (ex-escravos) podiam se tornar sacerdotes do imperador – os *seuiri Augustales*. A libertação de escravos, que parece ter sido frequente, era outra forma de ascensão social.

Dentro da imensa diversidade religiosa do Império, com cultos que atravessavam o Mediterrâneo de ponta a ponta e em todas as direções, os imperadores souberam, dessa forma, criar um espaço para si mesmos, como interlocutores privilegiados com o sagrado. Por alguns séculos, os imperadores mortos, após aprovação do Senado, se tornavam divinos – *diui*. Por vezes, mesmo suas esposas e toda sua família eram divinizadas.

Os historiadores mais antigos, da primeira metade do século XX, descreviam a aparente homogeneidade cultural do Império através dos conceitos de romanização e helenização, como se as populações conquistadas tivessem acolhido de braços abertos as benesses de civilizações superiores: romana no Ocidente, grega no Oriente. São ideias ultrapassadas. A própria criação de uma identidade romana foi um processo complexo, acelerado no século final da república e à época de Augusto.

Às portas de assenhorar-se de um império, Roma não tinha uma identidade definida. A cidade era um amálgama confuso de romanos, italianos, estrangeiros, escravos e libertos. A identidade romana teve que ser recriada para servir de parâmetro para o Império. Nunca foi uma identidade étnica,

nem monolítica, nem mesmo imune à ação do tempo. Mas à época de Augusto houve um esforço consciente em fixá-la dentro de certos parâmetros.

Nesse processo de criação identitária teve um papel central a produção de uma cultura letrada latina. A história da cidade, de seus feitos, de seus valores e de seus exemplos individuais tornou-se um modelo a ser difundido pelas escolas. A criação de uma literatura latina, inspirada na grega, mas independente, foi outro instrumento. Os poetas, em particular Virgílio, com seu poema épico nacional, a *Eneida*, foram fundamentais nesse processo. O latim também se tornou uma língua de cultura, que podia ser ensinada nas escolas das províncias ocidentais e que também tinha seus clássicos. Como na Grécia, séculos antes, língua, literatura e escola tornaram-se instrumentos de poder. Foram meios de cooptação de elites, as mesmas que construíam cidades ao gosto romano no ambiente, ainda bastante rural, das Gálias.

A partir do século I, com efeito, os gauleses abandonaram aos poucos suas aglomerações tradicionais, os *oppida* fortificados, para se estabelecerem nas planícies segundo um padrão urbano que lembrava o romano, com seus fóruns, templos e ruas perpendiculares. Muitas dessas cidades, no entanto, permaneceram como projetos jamais terminados e sua área urbana foi ocupada muito lentamente. Deve-se notar, em particular, uma forma de templo, os *fana*, cuja origem não era nem romana, nem grega, mas uma adaptação local do modo de cultuar os deuses. Eram dedicados a deuses locais que, nas Gálias como no restante do Império, não foram nunca abandonados, mas reinterpretados.

Tornar-se romano, assim, foi um processo lento e, provavelmente, jamais concluído. No oriente grego, cuja literatura conhecemos melhor, as elites parecem ter aceitado a dominação romana, mas reforçaram, por algum tempo, sua identidade helênica, buscando modelos na língua e na literatura atenienses de cinco ou seis séculos antes. As elites declamavam e escreviam numa língua arcaica, criticando por vezes o imperador de turno, mas não se voltavam contra o Império. Mais profundas eram as críticas dos filósofos vagabundos, os cínicos, que andavam de cidade em cidade, declamando em praça pública e condenando o luxo e a futilidade da ordem da vida imposta pelo Império.

O grande historiador romano Tácito, que via a concentração de poderes no Império como um mal necessário, descreveu a adoção de hábitos romanos na Bretanha recém-conquistada de modo bem ácido: as elites bretãs, sob o estímulo do general Agrícola (genro de Tácito) construíam cidades, templos, teatros e enviavam seus filhos às escolas, sem perceber que, sob uma falsa noção de liberdade (*humanitas*), aceitavam placidamente a escravidão da ordem imperial.

O Império dividiu-se, assim, em duas áreas linguísticas gerais: grego no oriente e latim no ocidente. Ambas eram empregadas como línguas francas, usadas por populações que permaneceram usando seus idiomas locais e seus costumes cotidianos. Mas também se tornaram as línguas das elites, da literatura, cada vez mais distanciadas do latim e do grego vulgares. Desse modo, o Império tornou-se uma unidade multilingual, com diferentes níveis de expressão. A linguagem erudita integrava as elites, as línguas comuns possibilitavam a comunicação entre populações diferentes, as línguas locais articulavam a vida cotidiana.

A integração política do Império não representou uma unificação da sociedade, nem foi inclusiva. Os pobres continuaram pobres e novas fronteiras se criaram em torno deles. Em Alexandria, por exemplo, havia claras distinções nos direitos dos cidadãos romanos, dos gregos mais ricos (os que frequentavam o ginásio), dos demais gregos, dos judeus e da população egípcia nativa. Os pobres sempre permaneceram sujeitos ao arbítrio de seus superiores, tinham pouco acesso à justiça e podiam ser submetidos a castigos corporais. Ao longo do território do Império, as várias sociedades em seu interior eram altamente hierarquizadas. A eficácia do poder imperial fez-se notar, principalmente, na homogeneização dessas hierarquias, todas elas derivadas do poder central em Roma.

AS FRONTEIRAS INTERNAS E OS EXCLUÍDOS DA ORDEM

O Império tampouco se instalou sem contestações. A impossibilidade da ação política nas cidades, em vista do imenso poder que se erguia sobre elas, produziu uma forma de revolta silenciosa: o banditismo, que se

tornou endêmico, em especial nas regiões rurais. A plebe das grandes metrópoles, como Roma, Antioquia e, sobretudo, Alexandria, era conhecida por sua instabilidade. Quando não se rebelava abertamente, manifestava seu descontentamento em novos espaços públicos, como os teatros e anfiteatros, diante das autoridades locais e, até mesmo, de governadores e do próprio imperador. É possível pensar que a ordem imperial, ao impor-se às ordens locais como um poder claramente desproporcional, induzisse ao conformismo com a ordenação da vida. E isso é em parte verdade. Mas, como vimos, só em parte.

Uma contestação explícita contra o Império partiu da única cidade-templo dentro de suas fronteiras – Jerusalém. Entre 66 e 70 d.C., toda a Judeia, liderada por sua população mais pobre, revoltou-se contra o domínio romano e contra o que considerava a profanação do templo. Após uma guerra especialmente sangrenta, Jerusalém foi tomada, a população massacrada e o templo destruído. Foi a maior revolta de um centro político e de uma etnia na história do Império e uma das origens do judaísmo rabínico, centrado em sinagogas. A principal narrativa do conflito nos vem do historiador Flávio Josefo, que participou dos estágios iniciais da revolta, mas passou depois para o lado romano. Josefo, que era do grupo sacerdotal, interpretou a destruição do templo como um castigo divino, advindo dos conflitos entre os próprios judeus. Foi uma das personalidades mais curiosas e densas do período: judeu por nascimento, escreveu em grego no estilo de Tucídides e, depois, tornou-se membro da corte imperial.

Os judeus se rebelariam ainda no século II, na famosa rebelião de Bar Kochba, que chegou a cunhar moedas com símbolos judaicos. A reação romana foi violenta, como havia sido antes. Não havia lugar para dissensões regionais no Império. A alternativa final para os judeus foi a diáspora e a cultura – especialmente rica – das sinagogas – que produziram o Talmud e a Mishna. Não podemos esquecer, nesse contexto, a produção de apocalipses, judeus e cristãos, como o Apocalipse de João ou aqueles reunidos na coleção *Oracula Sibilina*, que previam e desejavam o fim do Império. "A riqueza que Roma recebeu da Ásia tributária, receberá a Ásia três vezes mais, em pagamento por sua soberba insolente. E para cada trabalhador na terra dos itálicos, vinte itálicos trabalharão na Ásia, como escravos necessitados" (*Oracula Sibilina* 3. 350 f). Como sabemos, a profecia não se realizou.

Para além dessas revoltas, devemos considerar, igualmente, regiões onde o poder romano não se exercia plenamente: as regiões mais montanhosas da Anatólia, os desertos da Líbia e do oriente da Síria, a região mais ao norte da Gália e muitos espaços internos, rurais ou montanhosos, onde o controle da ordem da vida escapava ao poder imperial. Os que fugiam da ordem eram sistematicamente classificados como bandidos.

Na verdade, com exceção do Egito, que se tornou uma região específica, controlada diretamente pelo imperador por meio de um prefeito equestre (e nunca um senador) – tendo em vista a riqueza que o vale produzia –, os primeiros séculos da dominação romana se assentaram sobre costumes e leis locais, sem uma política consciente de eliminá-los. As prioridades do Império eram a manutenção da ordem e a cobrança de impostos. Nos três primeiros séculos, foi a existência de elites locais que garantiu ambas. Escritores gregos de renome, como Plutarco e Élio Aristides, deixaram essa relação clara. Para Plutarco, as elites deviam manter as cidades em calma, lembrando-se de que o coturno romano pesava sobre seus pescoços. Élio Aristides concebia o Império como uma única cidade, na qual o poder concedido pelos romanos permitia às elites dominar os subalternos.

Sobre as redes de interação estabelecidas no Mediterrâneo pelo trabalho acumulado de séculos, o Império Romano estendeu e consolidou uma rede de poder que assegurava as ordens da vida, apoiava os meios de dominação e tornava a ação local cada vez mais difícil. Apenas as grandes elites possuíam pontos focais, nos quais podiam se reunir, trocar experiências e se reconhecer como grupo: o Senado de Roma – o maior deles –, os Senados de cada cidade e as Assembleias provinciais. A ação individual, ou a ação coletiva de uma comunidade, que havia sido tão vivaz nos séculos anteriores, foi subjugada por um poder sem concorrentes. Não havia mais como escapar do Império, a não ser mergulhando na "barbárie". Por isso também cessaram as grandes revoltas de escravos, embora as fugas e os assassinatos de senhores continuassem frequentes. Como disse o filósofo Sêneca, escravos e senhores eram naturalmente inimigos.

até aqui segue o sentido contrário. Isso não significa que houvesse um mercado unificado sob o Império, regulador de preços e salários, mas sim relações mercantis, muitas vezes mediadas pela moeda. Espaços comuns de preços – da terra, do trabalho e dos produtos finais, bem como de juros – foram ativos nas áreas mais conectadas do Mediterrâneo. O que não encontramos são zonas de acumulação permanente e protegida, como no período moderno. A produção continuou sempre local ou regional, dependente de capital limitado, e a acumulação para a produção migrou entre várias áreas: da Itália central para a Gália meridional, da Andaluzia para o norte da África ou a Síria.

Embora possamos falar numa revolução no consumo, ao longo do Império, com a difusão progressiva de certas modas e de bens artesanais modestos por todas as camadas da população, a base de consumo tinha limites claros para se ampliar – a falta de mercados externos e a estreiteza de um mercado interno dominado por um grande contingente de população escrava, pobre ou dependente. Além disso, apesar da forte urbanização, a grande maioria da população permaneceu rural. A riqueza do Império dependia, assim, da capacidade de difundir tecnologia ou de aumentar a exploração do trabalho rural e artesanal. A democratização do ferro atingiu seus limites no século II d.C. Houve poucos avanços tecnológicos – entre os quais se destaca a utilização do moinho movido a água. Mas a escravidão nos campos e no artesanato não parece ter se expandido – ao contrário. O brilho e a força do Império passaram a depender, cada vez mais, do aumento da expropriação da massa camponesa. Esse foi um dos limites cruciais a sua manutenção e sobrevivência.

ESTADO E ECONOMIA

É difícil, dessa maneira, defender a ideia de que o Império tenha conhecido uma economia unificada. Mas tampouco se tratou de economias isoladas. Há vários indícios nesse sentido. A criação de uma moeda imperial, secundada por emissões locais, aumentou a monetização das trocas em todo o Império. Embora muitas leis e costumes locais tenham permanecido por alguns séculos, a legislação romana penetrou em todas as

regiões, assim como a propriedade privada. Banqueiros e grandes proprietários conseguiam transferir suas riquezas de uma província à outra. Os proprietários mais ricos tinham terras por todo o Império.

O Estado imperial romano foi um dos grandes agentes desse processo de unificação. A divisão do Império em províncias criou bases tributárias distintas e reorganizou a administração do território imperial. Governadores vindos de Roma se assentavam em capitais provinciais, que se tornavam foco de atração para as populações locais – não apenas como centros de comércio, mas também como núcleos de poder e de distribuição de justiça. Algumas cidades passaram a reunir Conselhos provinciais, como em Treves, onde se reuniam os magnatas das províncias gaulesas para o culto imperial.

O Império estruturou-se, igualmente, por meio de grandes metrópoles, com mais de 250 mil habitantes: Atenas, Éfeso, Antioquia, Cartago e, sobretudo, Alexandria. Formavam polos regionais, centros de artesanato, de cultura e de comércio. A partir do século II d.C., Atenas voltou a competir com Alexandria na posição de cidade universitária e se tornou o centro do Pan-helênio – uma liga criada pelo imperador Adriano para reunir cidades de origem grega. Por esses instrumentos, o poder imperial incentivou uma verdadeira competição entre as cidades do Império. Embaixadores eram frequentemente levados a Roma, para pedir ou agradecer privilégios ou para reclamar contra sua retirada.

Muitos historiadores ressaltam, nos processos de unificação sob o Império, o papel da taxação e dos impostos. Com exceção da Itália até o século IV, todas as províncias pagavam impostos e, para uma parte da historiografia, esse era o verdadeiro vínculo que integrava o Império. Mas a taxação revertia, ao menos parcialmente, para as províncias, na forma de benefícios imperiais, sobretudo em obras públicas. Por outro lado, nos primeiros séculos do Império, os impostos eram cobrados essencialmente em moeda, o que estimulou, nas províncias, a produção e venda de produtos para o mercado. A própria moeda, como veremos, se tornou uma *commodity*, monopolizada pelo Estado.

De certa maneira, o Estado era o maior agente econômico do Império. E o maior incentivador e consumidor de *commodities*. Coletava e distribuía grandes volumes de produção agrícola e artesanal, direcionando-os

para as metrópoles – em especial Roma – e para o exército. Foi assim com o trigo produzido no Egito – domínio exclusivo do imperador, embora a propriedade da terra fosse privada –, que incentivou a criação de uma frota específica de grandes comerciantes navais para seu transporte a Roma; mas também com a produção de azeite na Andaluzia – a antiga Bética –, que era transportado para Roma e para os exércitos.

Até hoje existe uma pequena montanha em Roma, o Monte Testaccio, constituído por restos de ânforas de azeite da Bética e, depois, do norte da África. Roma se tornou uma imensa cidade consumidora, com cerca de um milhão de habitantes. Era como uma síntese da produção imperial: tudo se podia encontrar na grande metrópole. Segundo Plínio, em sua *História Natural*, Roma era um resumo do mundo e havia levado a civilização – a *humanitas* – para todas as regiões conhecidas do planeta – a *oikumene*. Ao lermos autores enciclopédicos, como Plínio e o geógrafo grego Estrabão, percebemos como a instauração do Império conduziu, também, a um inventário do mundo – de seus povos, de seus costumes, de seus produtos. Em um processo que vinha de muito antes. Conhecer o mundo habitado era uma condição para dominá-lo e vice-versa.

O Estado romano, no entanto, raramente agia de modo direto, subcontratando a execução de trabalhos públicos: fossem templos, aquedutos – necessários para manter Roma e as grandes cidades – fortificações, termas, anfiteatros etc. Dessa forma, as riquezas estatais fluíam para a sociedade, mas sempre privilegiando os indivíduos ou grupos mais ricos, ao mesmo tempo que estimulava a criação de associações profissionais.

Roma era, igualmente, um centro de imigração, que reunia populações vindas de todas as regiões do Império. Era um cadinho de culturas distintas, de religiões diferentes. Era um centro de cultura e o centro simbólico, do qual emanava o poder que unificava tudo e que garantia a paz. Se pudéssemos apontar um fator, dentre muitos, que acelerou a integração do Mediterrâneo – e, agora, também de terras distantes, como o norte da Gália – seria a paz garantida pelo imperador único e por seu exército. Nesse sentido, mesmo que o crescimento anual da economia fosse baixo, para os padrões modernos, a pacificação de uma grande área possibilitou, ao longo dos séculos, um acúmulo consistente de trabalho humano, cada vez mais especializado, na forma de estruturas físicas, técnicas, objetos, contatos, instituições e, portanto, um aumento da produtividade do trabalho agregado a cada geração.

A intervenção estatal na economia parece ter sido importante também no artesanato, como na produção de armas e de utensílios – como a famosa cerâmica *sigilatta* – para os soldados. Mas não devemos esquecer uma das grandes obras do Estado romano – a construção e expansão de uma rede de estradas que cobriam todo o Império e que uniam as áreas costeiras àquelas mais interioranas. Embora sua função fosse principalmente militar, as estradas romanas estenderam a rede mediterrânica por todo o Império, facilitando enormemente a mobilidade de pessoas e produtos.

O próprio imperador e o Estado, cuja separação diminuiu ao longo do tempo, tornaram-se grandes proprietários de terras, por conta das confiscações contra seus adversários políticos. Desde o início do Império com Augusto, o fato de a casa imperial ser a mais rica de todas as casas ricas foi um fator de estabilidade. Não havia como concorrer com o imperador. As crises financeiras, que afetavam um Estado que não podia tomar empréstimos em um mercado aberto – e que era, pelo contrário, o emprestador em última instância –, incentivavam confiscos de grandes propriedades e a "desvalorização" da moeda imperial. Há dois exemplos significativos que mostram a influência do Estado na economia: em 33 d.C., após várias confiscações de adversários do imperador, houve uma crise de liquidez e endividamento em Roma, que só foi resolvida quando Tibério, então imperador, abriu os cofres do Estado. Sob Nero, após o incêndio de Roma em 64 d.C., o Estado "quebrou", o que pode ter contribuído para a queda do imperador. Houve várias quebras subsequentes do Estado imperial, como veremos mais adiante.

O IMPÉRIO MUDA PARA PERMANECER O QUE ERA: OS ANOS ESTÁVEIS

A partir do início do século II d.C. a base política do Império começou a se ampliar. O Senado foi, cada vez mais, ocupado pelos membros mais importantes das elites provinciais, principalmente gregos e norte-africanos. O estamento equestre passou a assumir, com frequência cada

vez maior, postos na burocracia imperial, substituindo os libertos imperiais que haviam dominado no século anterior. O grande biógrafo Suetônio, que escreveu as célebres *Vidas dos doze Césares*, foi um deles. Com o imperador Trajano, o Império conheceu uma de suas últimas grandes expansões, atravessando o Danúbio e conquistando a Dácia, região rica em minas de ouro. A próxima e última expansão ocorreria 100 anos depois, com Septímio Severo, que estendeu as fronteiras orientais até o norte do rio Eufrates, na Mesopotâmia. Houve também avanços no deserto líbio, mas o Império tinha encontrado seus limites.

Além do rio Reno, pela própria organização fluida dos povos germânicos, não foi possível estabelecer uma dominação estável. Ou, ao menos, isso estava além das forças do Império. Os romanos aprenderam isso numa tragédia de grandes proporções, quando três legiões completas foram destruídas em 14 d.C. Com os germanos criou-se uma linha fortificada – o *limes* – e uma zona tampão, que não impediu, no entanto, as trocas entre os dois lados. A região do *limes* era particularmente rica, pois era ali que os soldados gastavam o soldo que recebiam do exército. Ao longo do tempo, assumiu características únicas dentro do Império. O mesmo, aliás, se aplica às regiões da Inglaterra dominadas pelos romanos.

No norte da África, o deserto funcionava como limite e era mais fácil conviver com populações seminômades, com as quais se comerciava, do que conquistá-las. No Oriente, a situação sempre foi diferente. Os descendentes dos persas, arsácidas e depois sassânidas, ou partas, dominavam seu próprio Império, tinham seu próprio mundo e sempre representaram um adversário formidável aos exércitos romanos. Eram uma clara fronteira militar e cultural, ao contrário dos exemplos anteriores. Mas isso não impediu que comerciantes romanos negociassem com a Índia – um dos tráficos mais lucrativos do Império – nem que se desenvolvesse a rota da seda, unindo a China ao Império Romano. Eram tráficos de luxo, de especiarias, conexões frágeis e difíceis, mas que teriam um grande papel séculos depois, nos inícios da chamada "História Moderna" da Europa.

O século II d.C. parece ter sido o auge, igualmente, do acordo entre Império, elites urbanas e populações citadinas. As estátuas e inscrições honoríficas, agradecendo as benfeitoras feitas pelos mais ricos, atingiram um

nível sem precedentes. As cidades foram embelezadas com grandes avenidas colunadas. Muitas das comodidades "romanas", como aquedutos e fontes, grandes termas públicas, teatros e anfiteatros se difundiram pelo Império. Mesmo em regiões de cultura mais helenizada, os combates de gladiadores atraíam multidões. No Oriente, consolidou-se uma das mais poderosas associações de trabalhadores do Império: a dos dionisíacos – atletas e atores que percorriam o amplo circuito das competições e festas gregas.

Em todas as cidades do Império, por outra parte, se multiplicaram e se fortaleceram associações profissionais e religiosas, de centenas de especialidades de trabalhadores. Reuniam patronos ricos, trabalhadores livres, escravos e libertos em torno de rituais comuns e da garantia de um enterro decente para seus membros. Formavam comunidades específicas dentro das cidades e garantiam sua vitalidade.

Os libertos merecem uma menção especial na sociedade do Império nestes primeiros séculos. Sabemos que o estatuto do escravo variou muito ao longo do Mediterrâneo antigo. Na Judeia, por exemplo, como em outras regiões, o estatuto de escravo não era vitalício. Na maioria das cidades gregas, um escravo libertado tornava-se um estrangeiro domiciliado – um meteco. Na Roma republicana, pelo contrário, podia tornar-se livre e cidadão.

O Império impôs certos limites à libertação de escravos e estabeleceu categorias entre eles. Mas tornar-se liberto permaneceu uma das principais formas de ascensão social. A documentação dos dois primeiros séculos do Império enfatiza essa realidade, em especial dos libertos imperiais, que formaram a primeira burocracia do Estado. Os libertos tornaram-se, igualmente, os principais gestores das propriedades dos cidadãos mais ricos. Como vimos, Augusto concedeu a eles honras religiosas especiais, ligadas ao culto imperial. Boa parte do comércio e da produção artesanal, ao menos na Itália e no Mediterrâneo ocidental, estava em suas mãos, diretamente ou representando os interesses de seus ex-senhores.

Os libertos foram, por dois séculos ao menos, um elemento de ascensão social, de alívio nas tensões sociais e de empreendedorismo, sobretudo no centro do poder. Mas enfrentaram forte oposição das elites dominantes. Essa rejeição aos novos ricos e poderosos é visível nas páginas do historiador romano Tácito e foi um dos conflitos mais agudos no cen-

tro do poder, Roma, no primeiro século do Império. Seu mundo aparece em inúmeras inscrições funerárias e, de forma irônica, no mais célebre romance da época, o *Satyricon*, de Petrônio, na personagem do rico liberto Trimalcião, que esbanjava sua riqueza em banquetes por demais suntuosos, mas que não possuía lustro social. Trimalcião se orgulhava de sua posição de liberto e de rico e definia um homem pela riqueza que possuía: "se tens um centavo, vales um centavo". Quando alguém mencionou a palavra "pobre" em seu banquete, perguntou: o que é isso?

No início do século III d.C., por uma lei do imperador Caracala, todos os habitantes livres do Império, ou quase, se tornaram cidadãos romanos. A lei romana, pouco a pouco, se tornou o princípio da ordem por todo o Império. A cidadania, na verdade, perdera muito de seu valor e a legislação passou a diferenciar os cidadãos entre *honestiores* – os mais honestos, os mais ricos, os de maior *status* – e os *humiliores* – os pobres, ou aqueles sem honras públicas. A riqueza e o prestígio social se fixaram como os critérios da ordenação da vida. Um *humilior* podia ser submetido à tortura física – um *honestior* tinha a integridade de seu corpo preservada. As diferenças sociais de riqueza e prestígio se acentuariam ainda mais nos séculos seguintes. A antiga distinção entre liberdade e escravidão, projetada no espaço imenso do Império, havia perdido muito de seu significado e de sua clareza.

Não conhecemos, com precisão, a extensão da escravidão no mundo imperial. Ela parece ter sido mais intensa no Mediterrâneo do que nas áreas mais internas. Os escravos eram obtidos além das fronteiras, mas temos informações de homens livres que, por sua pobreza, vendiam a si mesmos – até como gladiadores – ou a seus filhos. A persistência da escravidão mostra bem as fronteiras sociais impostas pela ordem imperial, mesmo que originárias do mundo das cidades.

Em outras regiões, como a Gália e o Egito, não há muitas fontes que atestem um uso extensivo ou intensivo da mão de obra escrava. Isso implica a existência, muito difícil de documentar, de trabalhadores dependentes ou mesmo livres: na construção civil, no artesanato e no setor de serviços. Trabalhadores livres também são atestados na agricultura, sobretudo na época da colheita. Escravos eram empregados na produção quando havia necessidade de intensificar e controlar a exploração do trabalho – como na exploração de minas ou na agricultura intensiva, como a produção de vinho. De qualquer modo, a posse de uns poucos escravos, para o serviço da casa ou como ajudantes gerais, parece ter sido comum.

O IMPÉRIO INTEGRAVA SUAS POPULAÇÕES?

É difícil fazer um balanço do grau de integração atingido pelo Império Romano. Não existe uma escala que permita medições ou comparações com outras regiões. Qualquer comparação deve ser feita com a história da própria região. No que diz respeito às comunidades ao longo do Mediterrâneo e além, parece claro que suas fronteiras internas se alteraram e que aquelas externas se ampliaram enormemente. Não apenas aumentaram, mas também se tornaram mais complexas.

Talvez possamos ilustrar melhor essa complexidade por meio de um personagem bem conhecido: o apóstolo Paulo, tal como aparece nos Atos de Lucas e em suas cartas. Paulo era cidadão de Tarso, uma pequena cidade, muito antiga, que era a capital provincial da Cilícia. Mas Paulo era também judeu, membro de uma etnia que se reproduzia por laços familiares e pela aderência a uma religião, cujo templo se encontrava distante, em Jerusalém. Era um judeu da diáspora. Entre os judeus, Paulo pertencia a uma comunidade específica, a tribo de Benjamim. Além disso, era do grupo dos fariseus, que eram especialmente rigorosos com a observância de certos ritos e costumes.

Numa viagem para Damasco, Paulo se tornou cristão e, entre os cristãos, apóstolo. Nessa condição, assumiu, após conflitos internos em Jerusalém e Antioquia, a identidade de apóstolo dos não judeus e viajou, por terra e por mar, por boa parte do Mediterrâneo oriental. Foi a Chipre, à Panfilia, passou pela Capadócia, pelo centro da Anatólia, e morou em Éfeso, onde foi confrontado pelos artesãos locais, escapando apenas pelo medo geral de uma intervenção do poder romano. Muitas vezes estabeleceu-se com o apoio das comunidades judaicas locais.

Morou na cidade de Felipe, visitou a Macedônia e a Acaia e, segundo os Atos, passou por Corinto, capital provincial, onde exerceu outra de suas identidades – a de artesão. Chegou a Atenas e discutiu com os filósofos da cidade. Passou também por Mileto, Rodes, Tiro, Cesareia, Jerusalém novamente e outras cidades. Ao ser perseguido em Jerusalém, refugiou-se em Cesareia, onde foi preso. Fez, então, uso de sua identidade de cidadão romano, que também possuía, e de seu conhecimento da língua grega, para não ser espancado e executado. Para ser julgado, atravessou todo o Mediterrâneo, com uma escala em Malta, após um naufrágio, tendo vivido em Roma com amigos e fiéis. Suas cartas mostram um amplo círculo de relações e de influências em Roma e no Mediterrâneo oriental. Muitos desses relatos podem ter sido inventados, sem dúvida. O ponto central é: teria sido a carreira de Paulo possível ou verossímil 500 anos antes? A resposta é simples: não. O Império Romano possibilitava uma mobilidade de pessoas e sua reintegração em comunidades locais numa extensão inédita no Mediterrâneo.

Poderíamos multiplicar exemplos como o de Paulo – a existência de uma comunidade de comerciantes sírios na cidade de Lyons, no centro das Gálias, é um dentre outros. Uma escola de filósofos gregos em Roma, ao redor de Plotino, também é. Mas não é necessário acumular casos. O Império, embora fundado nas cidades, abriu suas fronteiras internas e permitiu uma circulação mais intensa de pessoas, de credos, de objetos, de influências culturais. Mesmo que alguns historiadores afirmem que não se tornou cada vez mais unificado – do que discordamos – tornou mais intensas as trocas culturais e os diálogos entre culturas diversas. De um ponto de vista mais amplo, facilitou as trocas em geral – familiares, econômicas, religiosas e culturais.

O Império, contudo, nunca foi um todo homogêneo. Era possível ser romano de várias maneiras em toda a sua extensão territorial. Isso valia para a religião, para aspectos da cultura material – como habitações, vestuários, modos de enterramento –, ou para a língua do dia a dia. Em certo sentido, o Império Romano era uma grande articulação de diferenças, com caráter elitista, hierárquico e centralizador. Mas podemos notar traços em comum, que parecem contraditórios: um grande aumento no consumo de objetos, mesmo entre os mais pobres, e uma crescente preocupação com a

dimensão não terrena da vida. Embora seja um ponto polêmico, podemos supor que a desvalorização da vida comunitária e da ação humana conduzia as pessoas a outras buscas de sentido para a existência.

A MUDANÇA SE IMPÕE

Essa articulação passou por grandes choques: a peste, que durou de 165 a 180 d.C. e dizimou uma parcela da população do Império que não podemos calcular; as invasões germânicas no Danúbio e no Reno, no reinado de Marco Aurélio; e o ressurgimento de um grande império no Oriente: os partas ou sassânidas, descendentes dos persas, em 224 d.C. Eram populações que não haviam sido, ou não podiam ser, integradas à ordem romana.

O século III d.C. foi marcado pela pressão constante nas fronteiras, sobretudo na oriental, e pela instabilidade política no centro do Império. Após a dinastia dos Severos, que tomara o poder na guerra civil de 193 d.C. e que se extinguira em 235 d.C., o Império conheceu uma sucessão de imperadores frágeis e chegou mesmo a ser dividido em três reinados: na Itália, nas Gálias e no Oriente. O Senado perdeu gradativamente seu poder, assim como a cidade de Roma. Até o século IV d.C., sem dúvida, Roma permaneceu como a capital do Império: sua plebe teve seus benefícios aumentados e foi cercada pela muralha de Aureliano, uma das maiores construções do mundo antigo.

Mas o grande beneficiário dos distúrbios do século III foram os exércitos. O soldo aumentou constantemente, desde Septímio Severo, ao mesmo tempo que a moeda imperial perdia seu conteúdo de prata. Segundo o historiador Dion Cássio, contemporâneo aos eventos, Septímio teria dito a seus sucessores, Caracala e Geta, que se preocupassem com o exército e se esquecessem do resto. O soldo foi, de fato, aumentado, mas Roma e as cidades do norte da África, de onde Septímio provinha, receberam inúmeros benefícios imperiais. Para atender às crescentes despesas com as guerras internas e externas e com os pagamentos aos militares, a moeda romana foi perdendo seu conteúdo metálico, até transformar-se, na prática, numa moeda fiduciária.

A crise política do século III, que abalou todas as fronteiras do Império, tanto externas como internas, não significou necessariamente uma crise econômica. Algumas regiões, pelo contrário, como o norte da África e a Síria, conheceram um verdadeiro florescimento, que duraria pelos séculos a seguir. A cerâmica de mesa norte-africana, chamada de *sigillata C*, tornou-se uma verdadeira *commodity*, assim como a exportação de azeite africano.

Apesar de ser um período crucial na história imperial, o século III nos é mal conhecido. As obras literárias que nos chegaram por meio da tradição são poucas e o hábito epigráfico, que nos dava tantas informações nos séculos anteriores, entrou em declínio. As fontes cristãs de que dispomos, no entanto, mostram uma crescente interação com outras correntes filosóficas e religiosas do Império. A despeito de algumas perseguições pontuais – a mais sistemática e séria foi a dos imperadores Décio e Valeriano, em 250 d.C. – a oposição entre cristianismo e ordem imperial parece ter se atenuado ao longo do século, na mesma medida em que aumentou a participação, entre os fiéis, de membros de todas as classes sociais, inclusive das elites.

SUGESTÕES DE LEITURA

POTTER, D. S. (org.). *A Companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell, 2006.
Obra coletiva e de referência sobre o Império Romano, com análise bibliográfica atualizada e ampla cobertura dos temas mais relevantes.

ROSTOVTZEFF, M. *The Social and Economic History of the Roman Empire*. 2. ed. Oxford: Clarendon, 1979.
O grande clássico do século XX sobre a economia do Império Romano. Foi a primeira obra de um historiador da Antiguidade a empregar de modo consistente a documentação arqueológica.

SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (orgs.). *Repensando o Império Romano:* perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/Edufes, 2006.
Obra de especialistas brasileiros sobre os diferentes aspectos do Império Romano: de sua economia a suas variadas faces culturais.